



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DA PEDAGOGIA A DISTÂNCIA
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

SIMONE MARIA DA SILVA SANTOS

**O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I:
análises a partir da temática história e cultura indígena**

LIMOEIRO, PE

2022

SIMONE MARIA DA SILVA SANTOS

**O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I:
análises a partir da temática história e cultura indígena**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal
da Paraíba, como requisito parcial para
obtenção de título de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Veridiana Xavier
Dantas

LIMOEIRO, PE

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237e Santos, Simone Maria da Silva.

O ensino das relações étnico-raciais no ensino fundamental I: análises a partir da temática história e cultura indígena / Simone Maria da Silva Santos. - João Pessoa, 2022.
31f.

Orientação: Veridiana Xavier Dantas.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia - modalidade à distância) - UFPB/CE.

1. Povos indígenas. 2. Sala de aula. 3. Lei 11.645/2008. I. Dantas, Veridiana Xavier. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 376.7(043.2)

SIMONE MARIA DA SILVA SANTOS

**O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I:
análises a partir da temática história e cultura indígena**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal
da Paraíba, como requisito parcial para
obtenção de título de Licenciatura em
Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Veridiana Xavier Dantas – UFPB
(Orientadora)

Profa. Dra. Giuliana Cavalcanti Vasconcelos – UFPB
(Examinadora interna)



Profa. Ma. Edenia Cesarina de Brito – FTM
(Examinadora externa)

RESUMO

Desde a constituição de 1988 até os dias atuais, podemos perceber uma preocupação intensa com a inserção do ensino e cultura indígena nas escolas. Como marco, nos sistemas educacionais, é possível citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei 11.645/2008 e, recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este estudo tem como objetivo geral compilar as legislações que tratam sobre o ensino dos povos indígenas, nas escolas. Como objetivos específicos, elencamos: verificar como essa legislação é apresentada nos livros didáticos; entender como é utilizada pelos docentes em na sala de aula; propor e apresentar sugestões e possibilidades de vivências para aplicação da Lei 11.645/2008 nas instituições de ensino. Foram realizadas revisões bibliográficas de livros, artigos e teses que já trataram do referido tema. percebemos que, há um diverso aparato legal no campo educacional que visa fortalecer a inserção da temática indígena na sala de aula, e que, mesmo após as legislações em vigor, as editoras têm incluído diversas representações sobre os povos indígenas nos livros didáticos, mas que ainda não chegaram ao ponto de romper com os estereótipos dos quais foram mantidos durante os anos de colonização. Nota-se também que há um acervo significativo de possibilidades para atuação do professor, na sala de aula, para aplicação da lei. Espera-se que, as ideias compiladas aqui, seja instrumento para que os professores utilizem como suporte pedagógico na sala de aula.

Palavras-Chaves: Povos indígenas. sala de aula. Lei 11.645/2008.

ABSTRACT

From the constitution of 1988 to the present day, we can see an intense concern with the insertion of indigenous teaching and culture in schools. As a landmark in educational systems, we can mention the Law on National Education Guidelines and Bases, Law 11,645/2008 and, recently, the National Curricular Common Base (BNCC). This study has the general objective of compiling the legislation that deals with the teaching of indigenous peoples in schools. As specific objectives, we list: verify how this legislation is presented in textbooks; understand how it is used by teachers in the classroom; propose and present suggestions and possibilities of experiences for the application of Law 11.645/2008 in educational institutions. Bibliographic reviews of books, articles and theses that have already dealt with these topics were carried out. It was noticed that there is a diverse legal apparatus in the educational field that aims to strengthen the insertion of indigenous themes in the classroom, and that, even after the legislation in force, publishers have included various representations of indigenous peoples in textbooks, but that have not yet reached the point of breaking the stereotypes of which they were maintained during the years of colonization. It is also noted that there is a significant collection of possibilities for the teacher to act in the classroom for law enforcement. It is hoped that the ideas compiled here will be an instrument for teachers to use as pedagogical support in the classroom.

Keywords: Indigenous peoples. classroom. Law 11.645/2008.

LISTA DE SIGLAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	8
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1	A legislação que trata sobre a educação indígena na sala de aula	10
2.2	Como os povos indígenas são retratados no ambiente escolar e nos livros didáticos	11
2.3	Levantamento bibliográfico e sugestões de atividades e vivências sobre os povos indígenas.....	12
2.4	A legislação educacional sobre os povos indígenas no sistema educacional brasileiro.....	13
2.5	Levantamento bibliográfico, sugestões de atividades e vivências sobre os povos indígenas.....	17
2.5.1	Propostas de Atividades para turmas do fundamental I	18
3.	METODOLOGIA.....	26
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
	REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia, é em parte, fruto de uma inquietação particular como professora de História que notou, em sala de aula, nas turmas do fundamental II, desconhecimento sobre os povos indígenas, além disso, a concepção dos alunos é de que o “índio” ainda vive no século XV.

Enquanto professora de História, já tive muita dificuldade em abordar a temática indígena na sala de aula. Primeiro, porque antes de ser uma professora concursada na minha área, atuava como professora contratada no governo do Estado e lecionava todas as disciplinas na área de humanas para as quais não havia professores (geografia, sociologia, filosofia e arte), exceto história.

Segundo, porque a nossa formação continuada não reflete as demandas vivenciadas na sala de aula (realidade da minha rede educacional), minha autoformação era limitada à área (considerando a nossa responsabilidade de atualizar-se como único meio de remover as lacunas de conhecimento) e terceiro, as crianças e adolescentes já chegam ao fundamental II com um imaginário sobre os povos indígenas do século XV, que fora previamente formado, além do tempo reduzido em sala de aula, considerando um assunto tão abrangente.

Diante dessas observações, elegemos a seguinte questão de pesquisa: como os povos indígenas são representados nos livros didáticos e nas instituições de ensino? Uma das hipóteses era que a representação do povo indígena, nos livros didáticos, respondesse aos anseios das causas indigenistas, que atendesse a necessidade de romper com os estereótipos dos quais a população nativa sempre sofreu. Outra possibilidade era que os livros continuaram mantendo imagens e representações que não contemplem os povos do século XXI, com um olhar voltado ao “índio” do século XV. Através da análise de uma coleção de livros didáticos, feita por uma pesquisadora, foi percebido que os livros ainda mantêm um olhar sobre o índio primitivo, reforçando características do índio “colonial.

Nesse sentido, buscamos os objetivos desta pesquisa, o geral constou de compilar as legislações que tratam sobre o ensino dos povos indígenas, nas escolas. Como objetivos específicos, elencamos: verificar como essa legislação é apresentada nos livros didáticos; entender como é utilizada pelos docentes em na sala de aula; propor e apresentar sugestões e possibilidades de vivências para aplicação da Lei 11.645/2008 nas instituições de ensino.

Inicialmente, desejávamos fazer uma pesquisa de campo, para ouvir os professores, a respeito de como eles atuavam, na sala de aula, considerando a temática sobre os povos indígenas. Porém considerando fatores externos a minha vontade, só foi possível fazer um

levantamento bibliográfico de livros, artigos e teses que já abordaram o referido tema. Não sendo possível essa pesquisa, buscamos mostrar os resultados da professora Ludmila Martins Ligório que fez uma pesquisa, em uma escola da Porto Alegre, objetivando investigar as representações dos alunos de ensino fundamental acerca dos povos indígenas, buscando problematizar essas representações para sair do mito do selvagem e do civilizado (LIGÓRIO. 2012).

Assim sendo, para compreender sobre o ensino das relações étnicas e raciais foram feitas revisões bibliográficas que retratam a temática do ensino dos povos indígenas na sala de aula, pesquisas em livros, teses de mestrado e doutorado, que retratem este objeto de estudo. Autores que já investigaram o referido tema.

Considerando estes fatores, este trabalho de conclusão de curso abordou, especificamente, uma contextualização da legislação educacional que trata da temática dos povos indígenas na sala de aula; como os povos indígenas foram e são retratados nos livros didáticos, para isso foi realizado um levantamento bibliográfico de livros e autores que trabalham a temática indígena na sala de aula, além de sugestões de atividades e vivências para os professores que atuam no ensino fundamental I.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico, da presente pesquisa, foi estruturado em 3 tópicos: a legislação que trata sobre a educação indígena na sala de aula, como os povos indígenas são retratados no ambiente escolar e um levantamento bibliográfico de livros e autores que trabalham a temática indígena, na sala de aula, com propostas e sugestões de atividades para serem realizadas.

2.1 A legislação que trata sobre a educação indígena na sala de aula

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (LDB) (lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. quanto ao componente curricular que trata da educação indígena a LDB, enfatiza:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (LDB - Lei 9.394/1996 (capítulo II; Seção I, art. 26A) (BRASIL, 1996).

Nota-se aqui, uma influência no currículo escolar. Ao incluir a história e a cultura da África e dos povos indígenas, nas salas de aula, percebe-se que os povos que fizeram parte da história do país não eram contemplados na sala de aula. Sendo assim, essa legislação é resultado de um esforço coletivo em dar voz às populações minoritárias.

Este artigo foi incluso através da Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008. Inclui também: § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008) (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, observa-se uma preocupação no que se refere ao tema, ao relacionar a valorização da cultura e da história indígena que deve perpassar todas as disciplinas escolares, podendo ser desenvolvidas atividades de forma interdisciplinar, o que possibilita a todos os professores abordarem este tema em suas aulas através de projetos, exposições. Reforça-se também que as disciplinas de educação artística, literatura e história do Brasil devem tratar de

forma especial vivências e atividades que promovam a história e cultura indígena na sala de aula.

Ainda no artigo 26, a LDB fala sobre a obrigatoriedade nas instituições de ensino, pública e privada. Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008). (BRASIL, 2008).

A LDB obriga todas as instituições de ensino, pública e privada a incluir no currículo escolar o referido tema. A escola deve inserir em seu Projeto Político Pedagógico-PPP e os professores devem incluí-los em seus planejamentos. Como é sabido, a LDB e a lei 11.645/2008 estabelece, além da inclusão da cultura e história africana, que os povos indígenas, sua história e cultura também sejam estudados e evidenciados na sala de aula.

É notória o quanto à legislação educacional brasileira tem de instrumentos para possibilitar que os povos nativos tenham seu lugar devido no currículo escolar. A legislação fez a sua parte, agora resta-nos saber quais mecanismos foram dados às escolas para desenvolver este trabalho. Os professores, que estão diariamente em sala de aula, têm limitações na sua formação acadêmica, desconhecimento da lei, e devido à ausência de livros e formação continuada que remeta ao ensino da cultura indígena.

2.2 Como os povos indígenas são retratados no ambiente escolar e nos livros didáticos

Povos indígenas e educação básica: relações entre a história pensada e a história vivida. Jonathan de França Pereira faz um apanhado sobre a representação dos povos indígenas no Brasil e sobre a elaboração do currículo escolar.

Ele enfatiza que, desde o início da colonização do Brasil, houve esforços em criar uma identidade única dos povos indígenas, o que ofuscou a diversidade étnica e cultural dos referidos povos. Esta história partiu de uma concepção Eurocêntrica da história, representada pelo poder do colonizador (GUIMARÃES 2018, apud PEREIRA, 2019).

Para mudar a concepção histórica, que sempre foi retratada na história e nos livros didáticos, ele enfatiza a importância da aprovação das leis 10.639/2003 da lei nº 11.645/2008 como medida compensatória para atenuar a assimetria estrutural em que se encontram os povos indígenas perante a sociedade nacional e o reconhecimento da dívida histórica do Estado Brasileiro para com esses povos (PEREIRA, 2019).

No estudo de Santos e Domingues (2017), “Representações visuais dos indígenas no Livro Didático de História: estereótipos e colonialidade”, foram analisadas as reproduções

iconográficas de indígenas, em uma coleção de livros didáticos do componente curricular História. O objetivo foi destacar a permanência de aspectos marcados pelo colonialismo.

Estes estereótipos dizem respeito à forma como o povo indígena ainda é retratado como se estivesse no século XV, como se não tivesse acompanhado a sociedade, ao longo do tempo, se esses povos fossem retratados como um único povo, dentro de um mesmo território, conforme foram tratados ao longo dos anos, como o “índio”, sem considerar a diversidade étnica e cultural da imensidão deste país.

Segundo as autoras, as ilustrações, nos livros didáticos, obedecem a critérios que reforçam estereótipos e representações, muito mais do que os superam (SANTOS; DOMINGUES, 2017). As autoras analisam se há um padrão para utilização de imagens sobre os povos indígenas, nos livros didáticos, e como eles são representados.

2.3 Levantamento bibliográfico e sugestões de atividades e vivências sobre os povos indígenas

A temática indígena na escola: Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus, organizado pela Aracy Lopes da Silva e Luis Donizete Benzi Grupioni traz o questionamento sobre como abordar o índio no ensino de História, de modo a superar o preconceito e a discriminação. Além de tratar das limitações dos livros didáticos quanto ao referido tema, ele aponta caminhos com sugestões para professores trabalharem e debaterem a temática indígena na sala de aula (SILVA; GRUPIONI, 1995).

Como abordar o ensino sobre os povos indígenas na sala de aula. Leandro Nepomuceno na sua tese de Mestrado intitulada Por uma história originária: povos indígenas e ensino de História, compila diversas sugestões de abordagens na sala de aula, contribuindo assim para aplicação da lei 11.645/2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O autor buscou dialogar com livros e autores que abordaram os processos históricos dos povos originários de uma maneira não etnocêntrica, e autores que trouxeram sua perspectiva histórica indígena. Ele ainda analisa o currículo sob uma perspectiva histórica e social, e traça um breve histórico da disciplina História e do ensino de História no Brasil, e também as leis que surgiram após a Constituição de 1988, que apontam na direção da construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (NUNES, 2020).

O referido autor preocupa-se em selecionar textos, livros e autores que demonstrem visões e concepções da História do país através do olhar dos povos originários e que não sejam

autores que partam de uma história considerada eurocêntrica, já que ela é considerada uma narrativa colonizadora, marcada pela centralização da história narrada pelo dominador.

2.4 A legislação educacional sobre os povos indígenas no sistema educacional brasileiro

Neste capítulo, serão apresentadas as principais leis que abordam o ensino da história e cultura e história indígena nas instituições de ensino, desde a constituição de 1988, até os dias atuais.

No Brasil, há leis e diretrizes educacionais que visam assegurar a proteção aos povos indígenas, o reconhecimento da diversidade étnica e cultural, bem como trata sobre a inclusão desses povos no sistema educacional.

Serão retratadas aqui, as legislações educacionais no recorte temporal a partir de 1988 até 2021 que tratam sobre os povos indígenas. São elas: a Constituição Federal de 1988, a Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e suas alterações através da Lei nº 11.645, de 2008.

A Constituição Federal de 1988 diz:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Nota-se aqui uma preocupação com conteúdos curriculares que respeitem os valores culturais e artísticos nacionais, incluindo-se a cultura dos povos indígenas. Em outro artigo menciona:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Considerando que nosso país é plural e diverso, nas manifestações culturais, incluem-se as manifestações indígenas (lendas, danças, costumes, culinária, contribuições a nossa diversidade). Ainda no artigo 215 § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Na LDB, Art. 26-A, consta que: nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008)¹.

Como percebe-se, a legislação brasileira tem se aperfeiçoado e o conhecimento sobre as populações nativas deve ser priorizado no currículo escolar. Os diversos grupos étnicos precisam ser estudados nos ambientes escolares. A cultura indígena e sua participação na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Os conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, preconizados na lei, devem ser ensinados em todo o currículo escolar, mas em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira.

Alterada esta última pela Lei nº 10.639/2003 e pela Lei nº 11.645/2008 a legislação é, ao menos, a medida compensatória para atenuar a assimetria estrutural em que se encontram os povos indígenas perante a sociedade nacional e reconhecimento da dívida histórica do Estado Brasileiro para com esses povos (PEREIRA, 2019).

Esta dívida histórica do Estado brasileiro com os povos indígenas, dar-se em detrimento ao fato de que, desde o projeto colonizador advindo dos portugueses, os povos originários, ao longo dos anos, foram perdendo seu habitat natural. Suas populações foram sendo diminuídas frente aos diversos desafios do contato com os portugueses. Mesmo após 500 anos, a criação de órgãos de proteção e de reservas indígenas, as populações nativas não estão protegidas. Cotidianamente tem de lutar pela manutenção da vida e da proteção de seus territórios, sofrem com a falta de alimento, problemas estruturais relacionados à educação, saúde e segurança.

A BNCC foca também em um planejamento educacional pautado na equidade, com o intuito de reverter a exclusão histórica, sofrida pelos povos indígenas.

Como é percebido, o sistema educacional brasileiro tem mostrado caminhos para fomentar a propagação da história e a cultura dos povos indígenas nos ambientes educacionais. Estes marcos regulatórios possibilitam a existência de um caminho para consolidá-lo, promovendo a possibilidade das crianças, adolescentes e a população brasileira conhecer um pouco mais sobre os povos originários. Povos esses dos quais é parte da miscigenação brasileira.

Segundo dados do IBGE (2010), há no Brasil 305 povos indígenas, somando 869.917 pessoas. Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país (ISA, 2019).

¹ A Lei nº 11.645, de 2008 alterou a Lei de Diretrizes da Educação Nacional.

Sendo assim, há diversos grupos étnicos, no Brasil, que precisam ser enxergados e valorizados. Se a escola ensina sobre a história do Brasil, a chegada dos portugueses, a história das grandes civilizações, precisa dar uma conotação quanto à população que aqui já habitava e que é parte integrante desta nação. Dessa forma, a legislação em tela, objetiva proporcionar aos povos originários o reconhecimento de suas línguas, crenças e costumes.

Considerando a legislação educacional, professores e escolas, todos os anos, durante o calendário letivo, realizam vivências, projetos e atividades pedagógicas sobre os povos indígenas. Na maioria das vezes, estas vivências acontecem no mês de abril, devido à comemoração ao dia do índio.

Dependendo da unidade educacional, a data comemorativa é vivenciada em apenas um dia, em outras instituições, durante uma semana e durante o mês inteiro, como atividade interdisciplinar. A realização de atividades focadas no “dia do índio”, tem promovido diversas inquietações entre os povos indígenas e entre os professores. Enquanto uns defendem a importância de comemorar a data de forma lúdica e com vestimentas dos povos originários, além das crianças estarem pintadas e com pena na cabeça, outros promovem grandes questionamentos sobre esta prática na sala de aula.

Segundo Edson Machado Brito (apud PEREIRA, 2019), doutor em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e indígena Kaiapó, a escola é uma: “instituição ambígua e contraditória que, no caso da cultura indígena, pode tanto solapar as tradições desses povos como pode promover o seu fortalecimento”.

É devido isto que os professores são grandes protagonistas na propagação de informações que podem ou não fortalecer a identidade destes povos. Por isso, fazem-se necessárias formações continuadas que reflitam as necessidades da atuação do professor na sala de aula.

Ao observar as representações imagéticas numa coleção de um livro didático, observou-se que as imagens inseridas, nos livros, na maioria das representações visuais, os indígenas têm sua imagem associada, na maior parte do tempo, a momentos históricos de um passado longínquo (SANTOS; DOMINGUES, 2017).

Concluiu também que, atualmente, o indígena que se transformou e se adaptou à cultura do não índio e é visto nas universidades, trabalhando no comércio, em escritórios, ou em qualquer outro setor, não é apresentado na coleção de livros didáticos (SANTOS; DOMINGUES, 2017).

Enfatiza ainda, que mesmo apresentando algumas passagens nos livros, de que o índio luta por seus direitos, é percebido que as representações visuais não foram evidenciadas, de modo a enfatizar esta transformação (SANTOS; DOMINGUES, 2017).

As autoras concluem que as representações visuais explícitas no livro:

remetem a um discurso marcado pela colonialidade. Por ser um produto do trabalho de vários profissionais que fazem parte de sua elaboração, o que esse material apresenta não é meramente uma visão fragmentada dos povos indígenas, mas sim uma concepção inserida em relações de poder presentes em nossa sociedade (SANTOS; DOMINGUES, 2017).

Nota-se aqui, que o livro didático é feito a várias mãos e como se trata de uma mercadoria, ela é comprada e vendida a partir de critérios que apresentem uma estética agradável aos olhos de quem vê, uma vez que essas imagens ainda têm que se adequar ao tamanho da página e a estrutura do texto, conforme determinação da editora e dos ditames do mercado editorial (SANTOS; DOMINGUES, 2017)

Ludmila Martins Ligório (2012) investigou as representações dos alunos do ensino fundamental acerca dos povos indígenas. Com a intenção de conhecer estas representações, foi questionando as crianças sobre o que eles sabiam acerca dos povos indígenas e obteve as seguintes repostas:

Vivem nas florestas; fazem artesanato, usam tinta para se pintar, comem animais da natureza, caçam, têm tribos, têm amigos, são canibais, trabalham muito, não têm roupa, moram na oca, não têm dinheiro, moram no Morro do Osso, usam tanga, fazem macumba, não têm brinquedos, fazem remédio (LIGÓRIO, 2012, p. 160).

A autora pôde perceber o quanto estava presente a visão do índio selvagem que cultivava a cultura de seus antepassados, vivem em ocas, pinta o corpo, vive da caça e da pesca. A partir disso, ofereceu oportunidades para que seus alunos desenvolvessem capacidade crítica e questionamento dos sistemas dominantes de representação dos povos indígenas (LIGÓRIO, 2012).

As imagens dos povos indígenas, presentes no livro mencionado, bem como as representações apresentadas pelos alunos na pesquisa da professora Ludmila, dão conta de como o imaginário sobre os povos nativos têm influência da mídia, da música e de outros espaços, que não são necessariamente a escola.

Enquanto as escolas tentam inserir este tema, no calendário escolar, as crianças estão em casa ouvindo a música da Xuxa: *Vamos brincar de índio, mas sem mocinho pra mim pegar ...* A música já está impregnada na mentalidade da criança, o que mostra a necessidade de um

trabalho interdisciplinar dos professores na aplicação da lei 11.648/2018. Já não basta só ensinar, mas também desconstruir o imaginário “errôneo” previamente aprendido.

2.5 Levantamento bibliográfico, sugestões de atividades e vivências sobre os povos indígenas

Este capítulo tem a finalidade de fazer um levantamento bibliográfico e apresentar propostas de atividades e vivências para as aulas no ensino fundamental I. As atividades foram formuladas para possibilitar a prática de ensino sobre os povos indígenas na sala de aula, contribuindo assim com a aplicação da lei 11645/08. Será feita uma pesquisa de atividades previamente já selecionadas por outros autores, adaptações e sugestões.

Dados do IBGE estima que existem mais de 250 línguas faladas no país, sendo a maioria dos povos indígenas. Esse patrimônio cultural e linguístico é desconhecido por grande parte da população brasileira, além da variedade linguística, diversos grupos étnicos estão espalhados pelos estados brasileiros, e a sociedade desconhece quem são esses povos.

Para promover o conhecimento de toda esta riqueza étnica e cultural, faz-se necessário um ambiente escolar que proporcione a descoberta sobre os povos originários proposição de vivências, nas instituições de ensino, que promovam atividades de reconhecimento e valorização dos povos originários do Brasil, sua história, diversidade e cultura.

Para isto, os professores, que são os que estão diretamente envolvidos com a atuação pedagógica na sala de aula, além da equipe pedagógica, precisam apropriar-se sobre a legislação e saber como vivenciar este tema na sala.

Em detrimento a isto, a seguir, faremos uma lista de livros, sites e autores que podem ser vivenciados na sala de aula, além de atividades. Algumas são obras distribuídas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Há diversos livros e contos publicados que devem fazer parte do acervo de materiais didáticos do professor, que pode abordar, em sala de aula, a temática indígena, através de contos, pinturas, desenhos e lendas.

Leandro Nepomuceno, compilou diversas sugestões de abordagens, na sala de aula, contribuindo assim para aplicação da lei 11.645/2008. Considerando suas proposições, reuniu exemplos de atividades e vivências adaptadas para turmas do 5º ano. Sendo assim, os professores terão sugestões de atividades para adaptação de acordo com o perfil da turma. Além disso, há sugestões de leituras e sites sobre a cultura indígena para os professores buscarem informações e produzirem seus próprios materiais didáticos.

2.5.1 Propostas de Atividades para turmas do fundamental I

No 5º ano, no currículo escolar do Estado de Pernambuco, a temática sobre os povos indígenas aparece como habilidades a serem desenvolvidas. Alguns exemplos: na unidade temática Registros da História, Linguagens e Culturas. É importante utilizar variados tipos de fontes, documentos, indícios para comparar aspectos do dia a dia das pessoas de diversos grupos sociais e relacioná-los com a vida pessoal e familiar de cada aluno. Destacar a presença das comunidades indígenas e quilombolas e suas diferenças. Uma outra habilidade é identificar formas de marcação da passagem do tempo em distintas sociedades, incluindo os povos indígenas originários e os povos africanos.

Atividade 1: O impacto da conservação da biodiversidade sobre os povos indígenas - Andrew Gray Para 2ª, 3ª, 4ª Séries

A estratégia pedagógica, logo abaixo, é uma reprodução retirada do livro “A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus”, de Aracy Lopes Silva e Luís Donisete B. Grupioni.

Apesar da complexidade do tema, gostaria de sugerir atividades para as crianças de 2, 3, ou 4ª séries. Aqui, nas propostas de estratégias que se seguem, há sugestões para a integração entre Ciências e Estudos Sociais.

Entender a biodiversidade, as interrelações entre plantas e animais e perceber quanto a variedade é fundamental e importante para o equilíbrio da natureza e para os homens, parece-me ser assunto que deva ser estudado com os pequenos.

O compromisso e seriedade dos alunos das primeiras séries, o envolvimento que eles têm com os assuntos que realmente aprendem e lhes tocam, a interiorização de conceitos e atitudes que lhes são ensinados através de atividades e estudos bem pensados e conduzidos de maneira envolvente, fez-nos pensar que estes seriam agrupamentos ideais, nos quais a semente do respeito pode germinar e criar raízes.

Para tal, é importante que retomemos dois parágrafos do texto de Andrew Gray:

"... A importância da biodiversidade para a continuação da vida depende de muitos fatores. Um ecossistema opera através da interrelação funcional de espécies. Quando algumas destas espécies são destruídas, toda a forma do sistema se altera. Isto não tem consequência apenas para o ambiente local mas pode ter efeitos devastadores no interrelacionamento entre ecossistemas.

Além disso, a diversidade biológica é importante por estimular variedades alternativas de espécies agrícolas, as quais atuam como proteção contra uma dependência excessiva de qualquer variedade em particular. Da mesma forma, tal diversidade assegura a perpetuação dos ecossistemas como um todo e, desse modo, a sobrevivência de tantas espécies diferentes quanto for possível ...".

A partir destas considerações, o professor poderá trabalhar com seus alunos a fim de que eles percebam, na prática, estas ideias e preocupações. Para que alunos percebam a diversidade e variedade, sugerimos que se faça um *herbário*:

Em uma saída da classe, alguns grupos de alunos coletarão folhas diferentes (grandes e pequenas) e, outros grupos, flores. A seguir, sobre uma prancha (eucatex ou madeira) serão dispostas folhas de jornal. Sobre elas, as folhas ou flores coletadas por um grupo serão arrumadas. Novas folhas de jornal, novas plantas, até terminar o material coletado. Sobre a última folha de jornal, coloca-se peso para que aperte folhas, flores e jornais.

Após alguns dias, estando secas as folhas e flores, os alunos, em seus grupos, podem organizar um painel, dispondo o material como julgarem mais bonito. Para tanto, é necessário que cada folha ou flor seja colada em um pedaço de cartolina. Se for galho, é necessário amarrá-lo.

É possível trabalhar também com caules. Sobre eles, coloca-se uma folha de papel e passa-se lápis cera. Os desenhos ficam lindos e os caules bem destacados. Feita a exposição do material, os alunos devem observar o resultado do trabalho dos outros grupos e, através da indução do professor, devem perceber a variedade e diversidade das folhas, flores e caules.

Em uma segunda etapa, ou concomitantemente com o trabalho anterior, através da observação (se possível) ou através de gravuras e relatos, os alunos devem ser estimulados a perceber quem usa as folhas, flores e caules, quem mora nas plantas, quem faz ninho nos ocos etc. Os alunos observarão quem se alimenta das folhas e quem fica sobre as plantas. O pulgão e a joaninha são bons exemplos.

No mimetismo, o animal se confunde com o substrato, de modo a ficar protegido contra a predação. Um efeito oposto é apresentado pelos animais muito coloridos, por exemplo, os sapos. Neste caso, os animais são venenosos e usam sua coloração como aviso, também com o objetivo de evitar a predação.

Em diálogos, professor e alunos podem chegar à conclusão de que os animais são especialistas - só alguns animais comem determinadas plantas e, aí, chegarem, de acordo com o nível de maturidade dos alunos, à conclusão de que existem substâncias químicas variadas nas diversas plantas; exemplos de plantas utilizadas pelos índios como veneno (curare, timbó), chás, unguentos, etc; e a constatação de que não só índios se utilizam das substâncias químicas das plantas, pois chás são utilizados, costumeiramente, pelos pais dos alunos para diversos fins.

Constatadas as variedades, interrelações, características das plantas e animais na escola, em aula dialogada, o professor poderá ampliar este conhecimento integrando-o a Estudos Sociais. Poder-se-ia lançar a pergunta: por que os índios conhecem tanto as plantas, animais e a interdependência entre eles?

O Professor poderá mostrar gravuras de roças de índios para que os alunos percebam como são suas roças e como há diversidade de plantas nelas. E, poder-se-ia concluir discutindo as razões de tanta diversidade. Aqui, cabe também a comparação de gravuras diferentes que retratem uma roça indígena e uma monocultura.

Após a observação, os alunos poderão chegar à conclusão de que os índios, mesmo com relação às plantas que domesticaram, respeitam mais o jeito da natureza se organizar, pois a natureza evita que muitas plantas iguais cresçam no mesmo local.

Poder-se-á, como conclusão, através do diálogo sobre o conhecimento dos índios sobre a natureza e sobre a situação atual dos povos indígenas, no Brasil, pedir sugestões sobre como os conhecimentos indígenas poderiam chegar a beneficiar toda a sociedade nacional sem prejudicar os interesses dos índios. As sugestões seriam anotadas por todos e formariam um dos conteúdos ligados a este assunto.

Neste processo, é importante que sejam enfatizadas as noções, contidas nas citações seguintes, em que o autor afirma que é fundamental que todos estejam "*... buscando estratégias usando experiências de povos locais para criar um mundo onde os direitos desses povos tornem-se reconhecidos como indissoluvelmente ligados às questões de conservação ambiental*" (GRAY, 1990, p. 532).

Gray também nos diz: "*... os povos indígenas precisam exercitar seu controle sobre os recursos da floresta e usá-los de acordo com suas necessidades básicas. E isto que tem garantido a sobrevivência da floresta até os dias de hoje....*".

Atividade 2: Sugestão de atividade a partir a leitura do Livro Vozes Ancestrais: Dez contos indígenas, de Daniel Munduruku

Atividade criada pela professora de História Simone Maria da Silva Santos, a partir de sua experiência em sala de aula. O professor deve lê, em voz alta, um dos contos do livro. A leitura pode ser realizada em círculo ou de outra forma a critério do professor.

Um dos contos sugerido é: os dois teimosos, do povo Maraguá. Após a leitura, em voz alta, o professor deve instigar os alunos a responderem algumas perguntas formuladas por ele. Algumas sugestões. Sugerir que um aluno reconte o conto. Quem são os personagens, o que aconteceu no final da história e por que aconteceu, o que o conto tem a nos ensinar?

Após a leitura, em voz alta, e conversa sobre a história, como sugestão elaborei esta atividade. Ela pode ser realizada nas disciplinas na língua portuguesa, história, geografia e ou outra disciplina. Fica a critério do professor a escolha do conto que ele deseja trabalhar.

Livro Vozes Ancestrais: Dez contos indígenas. Autor: Daniel Munduruku

A partir da leitura do livro Vozes Ancestrais de Daniel Munduruku, cumpra as seguintes tarefas:

TAREFA 1: marque, no mapa, com um ponto a localização geográfica dos povos indígenas que estão presentes no livro e em seguida escreva o nome deles.² Esta proposta de atividade proporciona aos alunos uma visão da disposição territorial de que os povos indígenas ocupam nos dias atuais.

Figura 1 – Mapa brasileiro

² O professor pode selecionar no livro quais povos indígenas o estudante deve identificar no mapa. Exemplo: Leitura do conto Os Dois Teimosos, identificar no mapa a localização do povo Maraguá. Na ausência da obra literária na escola, o professor deve imprimir o conto para os alunos.



Disponível em: <http://www.supercoloring.com/pt/desenhos-para-colorir/mapa-brasileiro>

TAREFA 2: Com suas palavras, reconte o conto - Os Dois Teimosos, do povo Maraguá. O professor pode escolher outro conto de acordo com o objeto de estudo da aula.

TAREFA 3: Escreva dois (02) ensinamentos que este conto trouxe para você. Pedir para que os alunos reflitam sobre os ensinamentos que os mais velhos passam de geração em geração através de histórias.

TAREFA 4: O que você aprendeu sobre o povo Maraguá? (língua, local onde vivem, estimativa populacional, o que fazem para sobreviver). A proposta é que os estudantes conheçam sobre os povos que originaram o conto trabalhado na sala de aula.

Atividade 3: A contribuição dos povos indígenas à cultura brasileira --Berta Ribeiro (1ª a 4ª Séries)³.

³ O autor sugere também que a atividade seja realizada com turmas de 5º e 6º ano.

A estratégia pedagógica, logo abaixo, é uma reprodução retirada do livro “A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus”, de Aracy Lopes Silva e Luís Donisete B. Grupioni, páginas 548,549 e 550.

1. Ao ler este artigo, os professores de crianças, de 1ª a 4ª séries, poderiam oferecer uma lista de produtos que são citados no texto ou gravuras, ou mesmo, conforme o caso, objetos, plantas, alimentos citados, neste artigo, tanto para a alimentação como para a fabricação de remédios ou de bebidas.

Objetos, gravuras, plantas seriam colocadas misturados sobre as carteiras dos alunos, que estariam em pequenos grupos. Seria solicitado aos educandos que fizessem uma classificação organizando o conjunto em sub-grupos. Após decidirem, seriam levados a pensar no critério de classificação que encontraram.

Tendo todos os grupos chegado a uma conclusão, uns grupos visitariam os outros, observariam e tentariam perceber qual teria sido o critério utilizado. Após a tentativa, os responsáveis pela divisão contariam a que conclusão haviam chegado. Os alunos poderiam procurar alguns daqueles produtos em casa e fazer uma pequena pesquisa com os pais para saberem como são usados.

Em livros de ciências poderiam conhecer as plantas, comparar as gravuras, receberem informações a respeito do tempo necessário para que algumas das plantas cresçam etc. As crianças poderiam, se possível, fazer uma excursão para conhecer alguma plantação do produto ou produtos que foram escolhidos para serem estudados e conversarem com os trabalhadores responsáveis por aquela produção. Ao voltarem à escola, a confecção de desenhos que retratem o que aprenderam é importante meio de registro do conhecimento. Em continuidade, os alunos poderiam fazer desenhos ou redações que contassem como aqueles produtos são utilizados em casa.

2. Há livros escritos para a faixa etária dos pequenos que contam mitos indígenas, que revelam como aqueles produtos se tornaram conhecidos pelos índios. Cito, como exemplo, a Série Morena, da Editora Melhoramentos, com texto e ilustração de Cíça Fitipaldi.

O professor poderia ler um dos livros para os alunos e, ao mesmo tempo, mostrar as gravuras. Após a leitura, os alunos poderiam desenhar o trecho de que mais gostaram. No painel ou parede, os alunos afixariam seus desenhos na sequência da história.

3. Os alunos maiores (de 5ª e 6ª séries) poderiam refletir sobre alguns parágrafos extraídos do texto de Berta Ribeiro. Por exemplo, no trecho em que a autora explica como os índios criam verdadeiras "ilhas de floresta" no cerrado. (*"...Em função disso, os Kaiapó... e da integração destas comunidades animais e com o homem..."*).

Neste trecho, poder-se-ia solicitar que os alunos desenhassem uma história em quadrinhos que representasse todas as ideias do trecho. Expostos os trabalhos, os alunos, em duplas ou trios, deveriam estabelecer um número de diferenças, determinado pelo professor, entre a maneira de agir dos índios e de não-índios. Após pensarem nas diferenças, seria pedido que encontrassem explicações daqueles contrastes.

Lendo o seguinte parágrafo: "... *Na verdade, a dívida que a humanidade contraiu com o saber etnobotânico do primitivo habitante das Américas está longe de ser resgatada. As principais plantas de que se alimenta, ou que utiliza industrialmente a humanidade, foram descobertas e domesticadas pelos ameríndios...*", os alunos poderiam tecer comentários relacionados ao contraste entre a importância do conhecimento da natureza pelos índios e a atual pouca valorização dos índios no atual no contexto nacional.

Lendo sobre a borracha ("*... A borracha (Hevea brasiliensis), dentre todas*") e sobre a palmeira ("*...Sivestres ou domesticadas*") poder-se-ia perguntar: O que estes conhecimentos revelam?

Aqueles mesmos alunos de 5 e 6 poderiam, se soubessem como e por que os índios produzem em suas aldeias, responder por que não utilizaram aqueles conhecimentos para se enriquecerem. E também possível refletir sobre a necessidade de grandes extensões de terra para as comunidades indígenas ao fornecermos aos alunos os dados que constam do item II, *A natureza domada. O saber etnozoológico.*

4. Berta Ribeiro levanta algumas características pessoais do bom caçador. Os alunos poderiam pensar sobre suas próprias características pessoais e responderem: você seria um bom caçador índio? Por quê? Ao fazer uma adaptação do texto, o professor poderia mencionar trechos que demonstram a atitude do índio diante da natureza como, por exemplo, no seguinte parágrafo: ". *Devido aos danos causados às roças por animais predadores - sobretudo noturnos, como o caititu, oferecendo-os à caça.* "

As atividades propostas, logo acima, podem e devem ser adaptadas de acordo com o perfil da turma. Há diversas outras possibilidades para aplicação da Lei 11.645/2008. O professor deve buscar conhecimento para que sua prática pedagógica seja aperfeiçoada. Há diversos livros de literatura infanto-juvenil disponibilizadas nas instituições de ensino que devem ser instrumento de trabalho dos professores.

Há também uma série de recursos didáticos online como sites, vídeos, museus, para ampliar as possibilidades pedagógicas na sala de aula. Como exemplo, podemos citar: o museu do índio. Em <http://antigo.museudoindio.gov.br/> encontra-se um acervo de imagens, textos,

projetos, galeria de arte, exposições virtuais, publicações relacionadas aos povos indígenas. O museu do índio é administrado pela Funai.

No canal do *Youtube* do Museu do Índio há diversos vídeos, documentários que retratam os aspectos históricos e culturais dos diversos povos do País. É uma instituição de pesquisa sobre línguas e culturas indígenas com acervos relativos à maioria das sociedades indígenas contemporâneas (YOUTUBE, 2022).

Há diversas possibilidades para que o professor atue na sala de aula. Buscar aperfeiçoar suas limitações para melhorar a sua prática pedagógica. Eu sempre gosto e recomendo compreender o que os alunos sabem sobre o tema ser apresentado. Perguntas como: o que eu sei sobre, é uma possibilidade para fazer um diagnóstico prévio dos conhecimentos dos alunos e, em seguida, o professor parte para dialogar sobre o tema, interagindo com os alunos, ouvindo-os e buscando fazer relação do que eles sabem e o que se pretende ensinar, de acordo com o objetivo de aprendizagem.

Contos, fábulas, mitos, vídeos documentários e exposições são atividades que instiga a curiosidade e possibilita a participação dos alunos. O professor deve, a partir do perfil da sua turma e do que eles sabem, utilizar estratégias que melhor possa garantir possibilidades de aprendizado. Os sites e atividades mencionados aqui são apenas sugestões para ampliar o acervo bibliográfico e pedagógico do professor.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, utilizando a pesquisa bibliográfica, a partir do referencial teórico (PERREIRA; SHITSUKA, 2018). A pesquisa bibliográfica constou da coleta de fontes como critério livros, artigos, monografias e teses disponíveis na internet e que versassem sobre a temática desta pesquisa, utilizando as seguintes palavras-chave: povos indígenas. sala de aula e Lei 11.645/2008.

A abordagem qualitativa se justifica, porque a pesquisadora tem experiência com sala de aula e, sendo assim, o foco está no caráter subjetivo do objeto analisado, neste caso, aulas de História para alunos da educação básica, em que percebo que há uma lacuna nos livros que tratam da real história dos povos indígenas. Nesse sentido, recorremos a Baccari (2015) que diz:

considerando que toda pesquisa qualitativa tem sua finalidade realizada a partir do momento em que se dá sua utilização prática a partir de um texto publicado ou divulgado, estudar as nuances de sua aplicabilidade e da espiral de eventos que a efetivam será aprofundar seus mecanismos de elegibilidade. Poder-se-á usar este fundamento em dois níveis: o das pesquisas que utilizam a releitura textual como procedimento explícito para que se obtenham determinadas repercussões; e das pesquisas que utilizam o texto como mediador sem se aprofundar nas características epistemológicas desse processo (BACCARI, 2015, p. 4).

A abordagem qualitativa se aplica a essa pesquisa, sobretudo, porque possibilita desvelar processos sociais pouco conhecidos referentes a grupos particulares, dessa forma, a presente pesquisa oportunizou a construção de novas abordagens a respeito das aulas de História. É algo que “permite uma compreensão mais profunda dos processos e fenômenos, algo não perceptível e captável em equações e estatísticas” (FIGUEIRA, 2015, p. 22).

Bortoni-Ricardo (2008, p. 34) esclarece que a pesquisa qualitativa “procura entender fenômenos sociais inseridos em um contexto” Nessa visão, partimos das lacunas deixadas pela disciplina de História no que se refere à forma como os povos indígenas são mostrados nos livros didáticos, ou seja, uma versão histórica estereotipada. Nesse caso, cabe o entendimento de Minayo (2009, p. 21), quanto à pesquisa qualitativa:

trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômeno humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Inicialmente, desejava fazer uma pesquisa de campo, para ouvir os professores, ou seja, entender como eles atuavam na sala de aula, considerando a temática sobre os povos indígenas. Porém considerando fatores externos a minha vontade, só foi possível fazer um levantamento bibliográfico de livros, artigos e teses que já abordaram o referido tema. Diante dessa impossibilidade, recorremos ao estudo da professora Ludmila Martins Ligório fez uma pesquisa em uma escola da Porto Alegre, objetivando investigar as representações dos alunos de ensino fundamental acerca dos povos indígenas, buscando problematizar essas representações para sair do mito do selvagem e do civilizado.

Certamente a pesquisa de campo seria muito interessante para esse estudo, mas consideramos que mesmo tendo sido uma pesquisa bibliográfica, os dados levantados foram de grande importância para a aprofundar o entendimento do tema.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste exato momento, em que concluo este texto, os povos indígenas passam por um tenso momento. Um ex-funcionário da Fundação Nacional de Apoio ao índio-Funai e um jornalista sofreram um atentado em plena Amazônia, tendo como consequência a morte dos dois. Isto nos revela o quanto os povos originários lutam para manutenção de seus territórios e de suas áreas de proteção ambiental.

Diante de tantas injustiças vividas pelos povos indígenas, é notória a necessidade de os professores conduzirem, em sala de aula, momentos de explanação e reflexão sobre a realidade destes povos que aqui habitam. Um outro desafio que consideramos ainda maior, é a forma como os professores conduzem seus trabalhos, em sala de aula, no sentido de mostrar a verdade, o que aconteceu e como acontece hoje, o trabalho do governo, dos órgãos de proteção e a situação dos povoamentos indígenas, sem privilegiar um determinado ponto de vista, grupo político ou mostrar as informações apenas que o interesse.

Percebemos, também, em alguns textos produzidos sobre os povos indígenas, que os autores se referem à população como um povo que está sendo exterminado, em decorrência do patrocínio do governo federal em vigor, responsabilizando a figura de uma pessoa as tragédias vivenciadas nas reservas indígenas e aos povos nativos. Como sabido, as políticas públicas, bem como a intervenção dos governos, podem ser responsáveis pela destruição ou preservação da nossa riqueza étnica e cultural. E são as políticas públicas voltadas à educação que podem possibilitar ou não um conhecimento dos não índios sobre a riqueza étnica que nosso país possui.

Ao analisar a legislação em vigor, nota-se que o sistema educacional brasileiro buscou, a partir da obrigatoriedade no currículo escolar, integrar a inserção da história e cultura indígena na escola. Nota-se a necessidade de que os órgãos educacionais precisam legislar sobre determinados temas, o que pode parecer uma imposição e tudo que é obrigado pode denotar um caráter antipedagógico. Sobre esta obrigatoriedade (SOUZA, 2012, apud PEREIRA, 2019), discorreu: a obrigatoriedade legal do reconhecimento da diversidade traz em si um caráter antipedagógico que deve ser neutralizado, uma vez que cria certas resistências em cidadãos e profissionais da área, quando não levam a uma reflexão concomitante sobre as intenções que motivam a vigência legal.

O autor quis enfatizar que não basta uma lei, é necessário que a formação do profissional esteja em consonância com os objetivos da referida proposta. Notamos ainda que quando se fala dos povos indígenas, se dá muita ênfase a palavras como: dívida histórica, o homem branco

colonizador, desconstruir a história eurocêntrica, invasão do território, força destruidora do colonizador. Inclusive, usei partes destes termos aqui para construir este trabalho.

Percebemos também, nos discursos, uma necessidade extrema de se construir novas representações dos povos indígenas, a partir de uma condenação do processo colonizador. Não há nenhuma menção ao progresso que o advento da vinda dos portugueses trouxe para a população nativa. Inclusive, parece muito contraditório. Enquanto se condena constantemente a ação do colonizador, critica a sociedade que não reconhece o indígena que mora nas cidades grandes e foram “aculturados”.

Este processo de “aculturação”, constantemente condenado pelos defensores das causas indígenas, é o que formou hoje a sociedade brasileira. Sociedade essa, inclusive que ao longo dos anos transformou diversas práticas que aos olhos atuais são condenáveis, como comer carne humana, prática de alguns povos indígenas presentes no Brasil. Sim, é preciso reconhecer o quanto foi e é lamentável que as populações nativas tenham sido escravizadas e subordinadas. Muitas pessoas perderam suas vidas, homens, mulheres, crianças, diversos povos deixaram de existir, foram dominados e subjugados ao longo dos anos. Porém, a atenção que querem dar à necessidade de valorização da cultura e história indígenas tem passado necessariamente em negar a importância do colonizador para a nossa história e para a sociedade brasileira.

Muitas línguas não são mais faladas, mas o povo indígena escreve, está publicando seus textos, sua história, seus contos, lendas e mitos. Estão divulgando, nas mídias e redes sociais, suas lutas pela manutenção de seus territórios. Há escolas e a possibilidade de terem um currículo próprio, estão nas universidades e é algo a se comemorar. Valorizar tudo isto, passa por reconhecer o papel do colonizador para a nossa história, mas quando se fala dos povos indígenas, é condenável falar sobre isto. valorizar o colonizador não passa pelo crivo das universidades e dos canceladores de plantão, que defendem a democracia, mas opiniões contrárias, não são bem vindas e são condenáveis.

Sem os portugueses colonizando o Brasil, não teria sido diferente, outros povos da América ou outro continente possivelmente teriam ocupado este território e subjugado os povos mais fracos em força e armas. É assim, a história do mundo, da humanidade. A história é “eurocêntrica”, baseada no discurso do “homem branco e opressor”, agora a história precisa ser “descolonizada”, é esta a nova narrativa. Eu tenho profunda preocupação em torno de se construir e valorizar esse povo, buscando desmerecer ou condenar o outro.

Isto, para nós, não é história é manipulação dos acontecimentos, privilegiando narrativas, que necessariamente não é o que de fato aconteceu. Sinto isso muito presente no cotidiano escolar: a condenação do nosso passado histórico, em detrimento às causas da “dívida

histórica”. A lei 11.645/2008 deve vir somar com a luta dos povos indígenas para o reconhecimento, valorização da cultura e a história precisa ser contada do jeito que aconteceu, como tem de ser.

REFERÊNCIAS

BACCARI, Ivana Oliveira Preto. **O texto narrativo na pesquisa qualitativa em saúde: referencial metodológico e instrumental**. 2015. 73 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 2015.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.645/08 de março de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 21 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-dabncc>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FIGUEIRA, Taís Rocha. **Percepções sobre o consumo de frutas e hortaliças entre usuários do Programa Academia da Saúde em Belo Horizonte – MG**. 2015. 85 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde com Concentração em Saúde Coletiva) – Centro de Pesquisas René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2015.

GRAY, Andrew. - "**The Putumayo Atrocities Revisited**", paper presented at Oxford University seminar on the State Boundaries and Indians. Ms., 1990.

ISA – Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil**. 2019. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quanto_s%C3%A3o%3F#:~:text=Segundo%20o%20Censo%20IBGE%202010,no%20Quadro%20Geral%20dos%20Povos. Acesso em: 20 jun. 2022.

LIGÓRIO, Ludmila Martins. Problematizando representações acerca dos povos indígenas: uma experiência fundamental. In: BERGAMASCHI, Maria Isabel H. Dalla Zen; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas. (Orgs.). **Povos indígenas & educação**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, p. 159-170, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio da pesquisa social. In: (org.); DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 9-29.

MUNDURUKU, Daniel. **Vozes ancestrais: dez contos indígenas**. – Curitiba: Champagnat, 2018. 80 p.

MUSEU DO ÍNDIO RJ. Museu na Obra - episódio 2. **Youtube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/Museudo%C3%8DndioRJ>. Acesso em: 20 jun. 2022.

NUNES, Leandro Nepomuceno. **Por uma história originária:** povos indígenas e ensino de História. 2020. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

PEREIRA, Adriana Soares; SHITSUKA, Dorlivete Moreira. **Metodologia da pesquisa científica.** Santa Maria: UAB/NTE/UFSM, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-PesquisaCientifica.pdf?sequence=1. Acesso em: 20. jun. 2022.

PEREIRA, Jonathan de França. **Povos indígenas e educação básica:** relações entre a história pensada e a história vivida. 2019. 100 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2019.

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos; DOMINGUES, Ana Carla Bérnago Gomes. Representações Visuais dos Indígenas no Livro Didático de História. **EBR – Educação Básica Revista**, v. 3, p. 253-272, 2017.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete B. (Orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** Brasília: MEC, 1995.